

**SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA  
TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL EM GOIÁS  
(1754-2001)**

Marcello Rodrigues Siqueira (UEG-Goiás/UFRJ/Fapeg)

[marcello@ueg.br](mailto:marcello@ueg.br) ou [marcelloueg@hotmail.com](mailto:marcelloueg@hotmail.com)

Roseli Martins Tristão Maciel (Unucseh/UFRJ/Fapeg)

[roselitristao@yahoo.com.br](mailto:roselitristao@yahoo.com.br)

**RESUMO:**

Esta pesquisa tem como objeto de investigação a saúde e a assistência social na Cidade de Goiás no contexto da transferência da capital. O recorte temporal compreende o período entre 1754 e 2001, aproximadamente. Considera-se, por um lado, que o setor público é burocrático e insuficiente em suas ações socioassistenciais e, por outro, que o embate sobre a transferência da capital desenvolve-se sob a perspectiva do desenvolvimento para o Estado. Mas, busca-se aqui construir um modelo interpretativo sobre a realidade analisada explorando as considerações teóricas de Sen (2000) que propõe uma concepção mais adequada do desenvolvimento indo além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto. Para ele, o desenvolvimento relaciona-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades. Daí, o interesse em focar as questões relacionadas à saúde e a assistência social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde; Assistência Social; Cidade de Goiás;

**HEALTH AND SOCIAL CARE IN THE CONTEXT OF THE  
TRANSFER OF CAPITAL GOIÁS (1754-2001)**

**ABSTRACT:**

This study aims to research the health and social care in the Cidade de Goiás in the context of transfer of capital. The time frame covers the period between 1754 and 2001, approximately. It is considered the one hand, that the public sector is bureaucratic and inadequate socioassistenciais in their actions and, secondly, that the clash on the transfer of capital is developed from the perspective of development for the state. But we seek to build an interpretative model of reality by exploring the theoretical considerations discussed in Sen (2000) proposes that a more adequate conception of development going beyond the simple accumulation of wealth and the growth of Gross Domestic Product. For him, development is directly associated with quality of life of local people and their freedoms. Hence the interest in focusing on issues related to health and social care.

**KEYWORDS:** Health, Social Care, Cidade de Goiás;

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Chaul (2001) <sup>1</sup>, “Bartolomeu Bueno, após seis meses de viagem de São Paulo ao Sertão Goiano, onde vinha pela terceira vez, fundou em 1726, às margens do Rio Vermelho o Arraial de Sant’Ana, mais tarde Vila Boa, que viria a ser a Capital da futura Capitania de Goiás” (CHAUL, 2001. p. 33).

O povoado se desenvolveu devido, principalmente, a grande quantidade de minerais encontradas naqueles logradouros. Conseguiu, inclusive, que o seu primeiro Governador e Capitão-Geral, Conde dos Arcos, residisse na nova Capitania <sup>2</sup>.

Depois de vinte anos, Goiás tinha crescido tanto em população e em importância que não podia continuar sendo governado à distância por São Paulo. A Corte Portuguesa decidiu tornar Goiás independente de São Paulo, elevando-o à categoria de Capitania. Em 1749 chegou a Vila Boa o primeiro Governador e Capitão-Geral, Conde dos Arcos (PALACÍN & MORAES, 2001, p. 29)

Contudo, após o esgotamento da mineração desenvolve-se um novo modo de vida baseado na agropecuária. Nesta nova fase econômica podem-se observar certos entraves ao desenvolvimento como as precárias condições territoriais; carência de mão de obra; isolamento comercial; legislação fiscal – os dízimos eram temidos pelos agricultores, tanto na forma de avaliação como na forma de pagamento; desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, muito pouco rentável; ausência de mercado consumidor; dificuldade de exportação, pelo alto custo do transporte e pela ausência de sistema viário.

Para alguns autores, como Padre Palacín e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes, na primeira década do século XIX era desolador o estado da capitania de Goiás. Para eles, “com a decadência da mineração, a população não só diminui como se dispersou pelos

---

<sup>1</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade**. Goiânia: UFG, 2001.

<sup>2</sup> PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás em Documentos**. Goiânia-GO: UFG, 2001, p. 29.

sertões; os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência” (PALACÍN & MORAES, 2001, p.43).

A falta de água potável e esgoto, as péssimas condições de habitações, clima quente, difícil acesso das estradas, cercadas por morros, são motivos que levam a população a crer na mudança da capital. Assim, “pelos idos de 1754, o então governador Conde dos Arcos observava ao soberano português a deficiência climática e as difíceis comunicações com Vila Boa, sugerindo a mudança da capital para Meia Ponte (atual Pirenópolis). Mas a elevada soma a ser gasta com a execução de tal projeto desestimulou o governo português” (CHAUL, 2001, p. 204).

Observa-se que o crescimento econômico – ou a falta dele – é um elemento importante para se compreender os processos de mudança da capital. Em 1749, no apogeu do ouro, Goyaz se tornou independente de São Paulo e Vila Boa a capital da província. Mas, logo depois, em 1754 quando aparecem os primeiros entraves ao crescimento econômico, o próprio governador Conde dos Arcos teria sugerido oficialmente a transferência da capital.

Mais tarde, a idéia de mudança chegou a ser registrada na carta magna do Estado. Entretanto, Couto Magalhães em 1863 foi quem proclamou com mais vigor a necessidade da mudança da capital. Escreveu abordando esse imperativo, em seu livro “*Viagem ao Araguaia*”:

Quanto à insalubridade, não conheço, entre todos os lugares que tenho viajado, onde se reuniam tantas moléstias graves. Quase se pode assegurar que não existe aqui um homem são. Em uma palavra... A cidade de Goiás não reúne as condições necessárias para uma capital como ainda reúnem muitas para ser abandonada (MAGALHÃES *apud* CHAUL, 2001, p. 66)

Contudo, a transferência idealizada por vários dirigentes ao longo da história política do Estado só efetivou-se no governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira à época da Revolução de 1930. Este, em meio à oposição e resistência política, buscou apoio do governo federal para consolidar esse ideal. Com a nova capital (Goiânia), o Estado de Goiás insere-se na economia de mercado atendendo ao projeto de expansão regional e nacional.

De certa forma, é possível perceber que a falta de consenso em relação à transferência da capital resultou numa verdadeira batalha político-ideológica entre mudancistas e antimudancistas, ou seja, entre aqueles que defendiam a mudança da capital e os seus opositores. Mas, no âmbito desta pesquisa, defende-se a questão não se esgota em 23 de março de 1937 quando foi assinado o decreto nº. 1816, mudando definitivamente a capital estadual da Cidade de Goiás para Goiânia. Pelo contrário, os chamados “herdeiros do movimento antimudancista” vão prolongar o embate até 2001 quando a cidade foi tombada como Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade.

De um lado, os mudancistas liderados por Pedro Ludovico usavam argumentos de certa forma convincentes referindo-se as condições de ineficiência da Cidade de Goiás, geograficamente inadequada pelas condições da formação do seu solo com vários morros e serras; região de clima quente; falta de saneamento básico e infra-estrutura precária; considerava esta cidade patética em desenvolvimento econômico e populacional. Em relação aos elevados custos do projeto mudancista, citava exemplos de outros estados que também construíram novas capitais como Sergipe (Aracaju) e Minas Gerais (Belo Horizonte). Para ele, estes estados foram recompensados posteriormente com o aumento da arrecadação. Portanto, Pedro Ludovico Teixeira acreditava que a construção de Goiânia não significaria prejuízo, mas, pelo contrário, um investimento.

Por outro lado, os antimudancistas, como o Sr. Domingos de Velasco, exigiam um vasto programa de melhorias para a Cidade de Goiás que incluía água, esgoto, telefone, industrialização da pesca nos rios Araguaia e Vermelho, ajuda às lavouras, escolas técnicas e permanência da Faculdade de Direito, e incentivo ao turismo e prolongamento da estrada de ferro até a Cidade de Goiás, exigências consideradas absurdas pelo governo que não tinha dinheiro nem para o projeto da Nova Capital.

Convençamo-nos de uma verdade: Goyaz é uma capital. É uma cidade que deve, portanto, ser superior às cidades comuns, às cidades que não são capitais. Oferecer mais bem estar aos seus semelhantes, possuir ruas que atraiam pela limpeza, fiscalização dos gêneros alimentícios destinados ao consumo urbano, centros de diversões que seduzam os freqüentadores, eis quanta coisa importante que ainda não temos. Quando teremos tudo isso? (...) Certos de que não perdereis a oportunidade

de prestar mais esses relevantes serviços a capital, tornando ainda mais brilhante a vossa administração, apresento-vos atenciosos cumprimentos de D. N. de Velasco <sup>3</sup>.

Assim, o embate sobre a transferência da capital desenvolve-se sob a perspectiva do desenvolvimento para o Estado. Mas, busca-se aqui construir um modelo interpretativo sobre a realidade analisada explorando as considerações teóricas de Sen (2000) <sup>4</sup> que propõe uma concepção mais adequada do desenvolvimento econômico indo além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto. Para ele, o desenvolvimento relaciona-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades. Daí, o interesse em focar as questões relacionadas à saúde e a assistência social.

Na segunda metade do século XIX, Raymundo J. da Cunha Mattos formulou uma explicação que se tornou corrente sobre a *má saúde da população de Goyaz* <sup>5</sup>. A principal característica deste modelo explicativo era o determinismo geográfico.

Climas, Estações e Enfermidades Endêmicas. (...) A irregularidade da temperatura da atmosfera ou talvez a morada em lugares mui úmidos e contíguos aos rios e o uso de alimentos de má qualidade produzem em grande numero de habitantes dessa Comarca e em quase toda a província broncoelles ou papeiras enormes que muito desfeiam as pessoas que padecem do incomodo. Aqueles que habitam em lugares de águas salobras às vezes são acometidos de papeiras. As apoplexias são continuas; o mal venero faz estragos e por falta de médicos e cirurgiões morre imenso povo a mão de charlatões e empíricos (MATTOS, 1874, p. 275)

De certa forma, se pode dizer que os problemas de saúde da Cidade de Goiás no final do século XIX e início do XX estavam relacionados a diversos fatores. Dentre eles, destacam-se: a carência de infra-estrutura, a qualidade da água e a falta de higiene dos moradores. Conforme Albernaz (1992), o Hospital São Pedro de Alcântara, conhecido como

---

<sup>3</sup> VELASCO, D. N. In: *Jornal Voz do povo*. 01 de maio de 1932. nº. 232

<sup>4</sup> SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>5</sup> MATTOS, Raymundo J. Cunha "Explicação da má saúde da população de Goiás". **Revista do Instituto Geográfico do Brasil**. 2º trimestre de 1874.

“Hospital de Caridade” porque só atendia carentes e indigentes, desempenhou grande papel em relação à assistência social sendo o único da Cidade e do Estado <sup>6</sup>.

Mas, ainda que a criação deste hospital se devesse a uma Carta Régia de 25 de janeiro de 1825 por iniciativa de um grupo de cidadãos preocupados com a assistência social da localidade pode-se dizer que nunca se caracterizou como uma instituição integrante da estrutura do Estado. Foram comerciantes, fazendeiros e funcionários públicos abastados, tanto católicos quanto maçons, que o conceberam. Daí a presença em seu funcionamento, de certos traços religiosos, caracterizados pela proposta caridosa e misericordiosa.

Essa característica fundamental da assistência social teria se consolidado, sobretudo a partir de 1883, quando os primeiros dominicanos chegaram à Cidade de Goiás, obtendo do bispo o usufruto perpétuo da Casa de Goiás, ocupando inicialmente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Durante o início da República, em 1889, a congregação religiosa das freiras dominicanas também se instala na cidade e, conforme sua tradição passa a se dedicar aos cuidados com a educação, saúde e assistência da população. Assim, esta congregação religiosa, além de se encarregar de trabalho administrativo hospitalar, funda também o Colégio Santana e o Asilo São Vicente de Paulo. Este asilo também fazia parte da assistência social. Construído em 1908, abrigava retardados e “bobos”.

Ao recuperar a longa história da assistência social na Cidade de Goiás constata-se que os estudos até então, pouca ou nenhuma atenção dedicaram aos mais carentes entre os carentes, as crianças. Do ponto de vista institucional e organizacional, pode-se dizer que o principal enfoque sempre esteve direcionado para o Hospital da Caridade e o Asilo São Vicente de Paulo. Apesar das constantes ameaças à sobrevivência, sempre contribuíram com parte significativa da assistência social na Cidade de Goiás. Mas, o que dizer do Orfanato São José? Como uma criança abandonada poderia viver, adoecer e morrer na Cidade de Goiás?

A Assistência Social em Goiás tem sua origem histórica baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa <sup>7</sup>. Conforme Mestriner (2001, p. 45-46), somente a

---

<sup>6</sup> ALBERNAZ, Ondina de Bastos. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

<sup>7</sup> Assistência, filantropia e benemerência têm sido comumente vistas no Brasil como co-irmãs ou expressões análogas. A filantropia seria a vontade do homem em fazer o bem ao outro. A benemerência, quase similar, incluiria obras, asilos e outros. A assistência significaria socorro, atendimento, onde haja uma necessidade que a

partir de 1930, na era getulista, pode-se afirmar que o Estado assume para si a responsabilidade de uma ação mais efetiva no âmbito social, mas isto apenas para a classe trabalhadora formal<sup>8</sup>.

Contudo, mesmo que o governo tenha chamado para si parte da responsabilidade de prestação de serviços sociais, ainda necessitou delegar poderes para que as entidades, agora com certificação de Utilidade Pública complementassem o trabalho social. Machado (2008)<sup>9</sup> confirma tal hipótese ao afirmar que:

Pois, sendo o Estado por si só insuficiente, necessita dos Conselhos Setoriais, Organizações Cívicas, Centros de Defesa dos Direitos, Fundações Empresariais, Organizações Não-Governamentais e outras, para cumprir o que determina a Constituição, ou seja, prestar assistência social a todos que dela necessitem (MACHADO, 2008, p. 36).

Diante deste panorama histórico, duas perguntas são fundamentais e norteiam a realização desta pesquisa. A saber: Como se dá o processo de mudança institucional e *inovacional*<sup>10</sup> em relação à saúde e assistência social no contexto da transferência da capital? Qual a eficácia do modelo de assistência social implantado?

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa circunscreve-se a várias obras bibliográficas, documentos, leis e regulamentos oficiais tais como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do

---

peessoa não possa resolver sozinha. Ver: MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social**: contabilidade, obrigações acessórias e principais. Curitiba: Juruá, 2008, p. 33.

<sup>8</sup> Ver: MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>9</sup> MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social**: contabilidade, obrigações acessórias e principais. Curitiba: Juruá, 2008.

<sup>10</sup> Inovadora é a política social capaz de introduzir “mudanças significativas em relação a práticas anteriores” e assim diferenciar-se do assistencialismo tradicional porque essas são exigências incontestáveis da atual conjuntura. Ver: VIANNA, Maria Lúcia T. W. “A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?”. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/40/25>>, p. 18. Acesso em 10 de outubro de 2011.

Adolescente (ECA) <sup>11</sup>. Também é preciso destacar as diversas fontes bibliográficas e primárias coletadas nos acervos da Fundação Frei Simão Dorvi, do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPHBC) e, principalmente, do Orfanato São José destacando-se: os livros de atas, recortes de jornais, fotografias, regulamentos internos, o estatuto, testamento do Dr. José Neto de Campos Carneiro, documentos judiciais, cadernos de egressos, às regras da congregação, etc.

Atenção especial dedicou-se aos relatos orais e histórias de vida dos sujeitos históricos com o objetivo de melhor compreender o que as fontes escritas silenciam. Para tanto, foram realizadas entrevistas direcionadas ou abertas, com egressos e demais pessoas que tiveram contato ou conhecimento do objeto de estudo.

Assim esta pesquisa busca alcançar uma interpretação mais profunda e cautelosa de aspectos simbólicos incluindo, inclusive, o dito e o não-dito. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa. De acordo com Pedro Demo (2001) <sup>12</sup>, a sua relevância reside no fato de se colocar em evidência a essência dos eventos. Ou seja, prioriza-se a intensidade dos fenômenos, em função de seu caráter essencialmente complexo.

A proposta consiste em trabalhar com observações sobre a estrutura e dinâmica da saúde e assistência social, mantendo como foco principal a ação do Estado. A partir dessas observações, buscou-se entender melhor o contexto das relações estabelecidas na dinâmica institucional e organizacional.

A análise dos dados obtidos foi realizada conforme proposta de Minayo (1992) <sup>13</sup>. Na primeira etapa procedeu-se uma leitura exaustiva e repetida dos textos, denominada "leitura flutuante", para estabelecer relações dialéticas entre as categorias empíricas e as categorias analíticas. Na próxima etapa, fez-se uma leitura denominada "transversal" de cada corpo de dados obtidos, para então se fazer um recorte destes dados em "unidades de registro", sendo estas referenciadas por temas.

---

<sup>11</sup> BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto;

<sup>12</sup> DEMO P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papyrus; 2001, p. 54.

<sup>13</sup> MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco; 1992, p. 236.

Em relação às entrevistas, não foram determinadas aleatoriamente. Mas, conforme Meihy (1998) <sup>14</sup> deu-se preferência para pessoas que possuíam um conhecimento abrangente sobre a temática em questão e que tinham condições de, juntamente com o oralista, indicar os demais entrevistados. Essa entrevista, denominada ponto zero, constituiu a primeira de uma rede de colaboradores, que constituíram um grupo orgânico e auto (ou inter)-selecionado.

Os arquivos fotográficos serviram de referência para contextualizar os padrões culturais e sociais do período trabalhado e para formar um acervo de referência para futuros trabalhos e pesquisas relacionadas com a História Social.

Para Burke (2004) <sup>15</sup> as imagens possuem evidência histórica. Nos últimos anos, vários historiadores têm se interessado pelo estudo das imagens pelo fato de poderem encontrar nelas, uma forma de transmitir informações que abordam temas políticos, econômicos e sociais e, também, do cotidiano das pessoas e da própria história cultural. Burke (2004) fala da dificuldade para analisar as imagens uma vez que se educa para investigar textos escritos. Mesmo assim, muitos pesquisadores têm utilizado no Brasil e no mundo, à evidência das mensagens visuais em seus estudos, pois documentos escritos podem ser escassos ou inexistentes nas épocas em que seus olhares eram voltados para a investigação do passado. Para este autor, uma pesquisa depende de variadas fontes.

Por sua vez, Boris Kossoy (2001) <sup>16</sup> afirma que toda e qualquer fotografia, além de ser um resíduo do passado, é também um testemunho visual no qual se pode detectar – tal como ocorre nos documentos escritos – não apenas os elementos constitutivos que lhe deram origem do ponto de vista material. No que toca à imagem fotográfica, uma série de dados podem ser reveladores, posto que jamais mencionados pela linguagem escrita da história. Por outro lado, apesar de sua aparente credibilidade, nelas também ocorrem omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem.

---

<sup>14</sup> MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo. Cultrix, 1995.

<sup>15</sup> BURKE, Peter. **Testemunha Ocular; História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Edusc, 2004, p. 16.

<sup>16</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 153-154.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da análise institucional foi possível perceber que a assistência social no Brasil tem sua origem histórica baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa<sup>17</sup>. Até a década de 40, essa corrente perdurou. Observa-se ainda que a assistência social no Brasil somente a partir da Constituição de 1988 “é incluída no âmbito da Seguridade Social, regulamentada pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e passa a ter status de política de Estado”<sup>18</sup>.

Douglas North (1991) destaca que “a estabilidade das instituições não significa que elas são estáticas”<sup>19</sup>. Pelo contrário, as mudanças institucionais ocorrem. Mahoney e Thelen (2010) reforçam os pressupostos de North (1991). Para aqueles autores, “uma vez criadas, as instituições mudam freqüentemente de forma sutil e gradual. Ao longo do tempo, essas mudanças lentas e fragmentadas podem ser igualmente conseqüentes para modelar o comportamento humano e para a formulação de políticas substantivas aos resultados”<sup>20</sup>.

Assim, conforme as considerações de North (1991) e Mahoney e Thelen (2010) percebe-se que a assistência social no Brasil muda lentamente passando do domínio da igreja para a ação do Estado. Para Machado 2008, “a evolução da assistência social no Brasil se dá de forma lenta, e muitos anos se passaram até que adquiriu status de política pública de Estado”<sup>21</sup>. Portanto, no âmbito desta pesquisa, defende-se a idéia de que o processo de mudança institucional da assistência social no Brasil se desenvolveu de forma incremental.

Mahoney e Thelen (2010) fornecem um modelo para a mudança gradual das instituições a partir de cinco amplos modelos: o deslocamento, camadas, deriva, conversão, e

---

<sup>17</sup> Assistência, filantropia e benemerência têm sido comumente vistas no Brasil como co-irmãs ou expressões análogas. A filantropia seria a vontade do homem em fazer o bem ao outro. A benemerência, quase similar, incluiria obras, asilos e outros. A assistência significaria socorro, atendimento, onde haja uma necessidade que a pessoa não possa resolver sozinha. Ver: MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 33.

<sup>18</sup> MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 34.

<sup>19</sup> NORTH, Douglas. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112.

<sup>20</sup> MAHONEY, James e THELEN, Kathleen. “A theory of gradual institutional change”. In: MAHONEY, James e THELEN, Kathleen (orgs.). **Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

<sup>21</sup> Op. cit. p. 35

esgotamento. A partir do exame destes modelos pressupõe-se que o mais adequado para se perceber a mudança institucional da assistência social no Brasil é o de camadas.

De acordo com Schickler (2001) em camadas ocorre quando a mudança é imposta sobre sistemas existentes que provam ser refratário a mudanças. Novos processos são introduzidos ao lado de antigos imóveis, e embora os novos processos não tenham sido introduzidos para suplantá-los o efeito combinado promove um movimento que acaba por conduzir a mudança transformacional<sup>22</sup>. Streeck e Thelen (2005) se referem a esse fenômeno como o “crescimento diferencial”<sup>23</sup>.

Acredita-se ainda que este processo cumulativo de mudanças na assistência social ocorre porque o setor público é burocrático e insuficiente em suas ações socioassistenciais. Tem o dever de prover as necessidades básicas constitucionais para os cidadãos, mas não consegue em sua totalidade. Além disso, o setor privado, na busca incessante pelo lucro, só realiza serviços sociais, por força de Lei que o obriga, ou se for de seu interesse, pois o *marketing* social se tornou uma maravilhosa ferramenta publicitária.

Depreende-se, então, que as fundações públicas foram criadas para suprir as deficiências do poder público na prestação de serviços em algumas áreas que o Estado assumiu nos últimos anos e que, devido ao aumento da responsabilidade perante a comunidade, foram passadas a terceiros, a fim de que pudessem atender com eficiência essas necessidades. Para Alves (2000), a tentativa de agilizar eficientemente o desempenho da Administração Pública junto à implantação de Fundações Públicas, não atendeu seus objetivos. Esse fracasso é atribuído à invasão dos mesmos vícios da Administração Pública em suas intimidades administrativas que acabaram por atrapalhar a autonomia inicialmente pensada para essas entidades<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> SCHICKLER, Eric. **Disjointed Pluralism: Institutional Innovation and the Development of the U.S. Congress**. Princeton NJ: Princeton University Press. 2001.

<sup>23</sup> STREECK, Wolfgang e THELEN, Kathleen. “Institutional Change in Advanced Political Economies”. In HANCKE, Bob (Editor) **Debating Varieties of Capitalism. A Reader**. Oxford, Oxford University Press 2005, p. 95 a 131.

<sup>24</sup> ALVES, Francisco de Assis. **Fundações, organizações sociais, agências executivas: organizações da sociedade civil de interesse público e demais modalidades de prestação de serviços públicos**. São Paulo: LTr, 2000, p. 65.

No caso de Goiás, percebe-se que a Fundação Orfanato São José foi idealizada para amparar a infância desvalida, procurou resolver um problema emergente social, evitando que meninas órfãs se prostituíssem ou mendigassem pelas ruas de uma cidade aristocrata.

Grandes homenagens foram feitas ao Dr. Jose Netto de Campos Carneiro, fundador do Orfanato São José, a ponto de seu aniversário ser comemorado como *o acontecimento social mais importante da cidade*.

O acontecimento social mais importante na cidade ocorria a 27 de fevereiro. Grande data, grandes comemorações, a cidade em festa, aniversariava o grande esculápio, discípulo de Hipócrates, José Neto de Campos Carneiro. Médico humanitário, conhecedor dos males que aflingiam o povo, tinha muita confiança nos efeitos terapêuticos do sulfato de quinino e o indicava sempre, para os mais diversificados males e inclusive contra a febre tifóide que assolava a região. O povo, agradecido, naquela data prestava-lhe homenagens e oferecia-lhe presentes. Bandejas e mais bandejas com doces, compoteiras cheias, bolos, cremes, pudins, etc... Também lhe eram ofertados alfinetes de ouro para gravata, abotoaduras, relógios suíços, termômetros em caixas de ouro, cortes de casimira inglesa, etc... (ALBERNAZ, 1992, p. 21-22)

Contudo, o acontecimento mais importante e essencial para se confirmar a hipótese inicial, ou seja, de que somente a partir de 1940 o Estado passou a intervir na assistência social, ocorreu quando o Cônego Abel Ribeiro escreveu uma carta ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor Federal) agradecendo pelos primeiros subsídios orçamentários do governo e afirmou que “só agora, no novo regime político, logrou alcançar auxílios dos poderes públicos”.

Em carta ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor Federal), o Conego Abel Ribeiro afirmou: (...) só agora, no novo regime político, logrou alcançar auxílios dos poderes públicos, sobrelevando dentre eles os que foram concedidos pelo Governo de V. Exc<sup>a</sup>. Além da dotação de R.6:000\$000 consignada no orçamento do Estado, para o corrente exercício, como subvenção ao ensino ministrado às órfãs eziladas, este educandário recebeu do Governo de V. Exc<sup>a</sup> a valiosa doação da ótima chácara, que as vantagens de ordem sanitária, alia as do aumento do patrimônio desta instituição e de economia resultante do suprimento de leite, lenha e mais produtos daquela propriedade. Providencialmente oportuno foi ainda o auxílio relativo aos fundos da extinta Associação de São Lázaro, no valor de R.45:000\$000, dos quais R.5:000\$000 tocaram ao Colégio Santa Ana; auxílio este devido a esta Interventoria e que virá equilibrar o patrimônio do Orfanato, grandemente depreciado na parte imobiliária. Pelos reais benefícios que o Orfanato

tem recebido de V. Exc<sup>a</sup>, cumpro o dever de vir expressar o reconhecimento e a gratidão dos seus administradores, da diretoria constituída pela Rvmas. Irmãs Dominicanas e das pobres meninas órfãs aziladas, que em suas orações pedem a Deus pela felicidade de V. Exc<sup>a</sup>. e prosperidade de seu Governo (Carta do Cônego Abel Ribeiro ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em 25 de novembro de 1940).

Antes e depois de 1940, o Orfanato São José teria desenvolvido suas atividades, sobretudo, por meio de doações e dos recursos próprios advindos do aluguel dos diversos imóveis deixados pelo Dr. José Neto de Campos Carneiro. De certa forma pode-se dizer que os auxílios e doações foram de fundamental importância para as atividades do Orfanato.

Neste campo, a Legião Brasileira de Assistência também imprimiu sua marca junto à assistência social em Goiás e por meio do exame dos livros de atas das reuniões percebe-se que sua ação junto ao Orfanato São José caracterizou-se como pontual, urgente e fragmentada <sup>25</sup>. Segundo Sposati (1991) essa ação da Legião Brasileira de Assistência traz para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, marco que predomina na trajetória da assistência social <sup>26</sup>.

Juridicamente, o “fim” do Orfanato São José ocorreu a partir de 1969. Neste momento, devido ao Decreto 10.907/69, o governo federal solicitou a todos os orfanatos que mudassem de nome. Caso contrário, “não estariam aptos a receber novos auxílios financeiros”. Em relação à questão da nomenclatura, duas questões chamam a atenção. Primeiro, o “forte estigma” sugerido por Sposati (2007) de que as mudanças de nome são recorrentes na “assistência social” e uma marca de suas instituições e organizações. Segundo, muda-se o nome, ou a aparência, e mantêm-se a essência, ou seja, os procedimentos. Por isso

---

<sup>25</sup> Alguns extratos de ata são bastante significativos e possibilitam um bom exemplo. Assim, percebe-se que em 1946 o Orfanato obteve auxílio da LBA: "A Revda. Diretora Irmã Vitorina recebeu da Legião Brasileira de Assistência, procedente de Goiânia, como auxílio: 1 máquina de costura; 1 saco de café; 3 fardos contendo tecidos; 1 embrulho contendo remédios; e, Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros) em dinheiro" (Extrato de Ata do Orfanato São José, 20 de outubro de 1946, slide 30). Mas, apesar de novo pedido de auxílio realizado em 1948, "pediu-se auxílio ao Dr. Eduardo de Souza Filho e Dezor Clovis Esselim como representantes da LBA no Estado e a Dr<sup>a</sup>. Maria Luiza Dutra" (Extrato de Ata do Orfanato São José, 19 de dezembro de 1948, slide 46), parece que a LBA deixou de fazê-lo até 1949: "O Governo municipal felizmente resolveu subvencioná-lo e isentá-lo do pagamento de impostos, mas a LBA que sempre auxiliou, no ano passado deixou de fazê-lo" (Extrato de Ata do Orfanato São José, 20 de fevereiro de 1949, slide 50, 51 e 52). Importante destacar também que o governo municipal somente isentou o Orfanato São Jose dos pagamentos de impostos vinte e seis (26) anos após a sua fundação.

<sup>26</sup> SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

mesmo, considera-se “que são as heranças nos procedimentos da assistência social que devem ser rompidas e resignificadas sob novo paradigma, e não propriamente sua nomenclatura”<sup>27</sup>.

Apesar do “Orfanato São José” mudar de nome, muitos procedimentos do “Lar São José” vão permanecer praticamente os mesmos até a década de 1980 tais como: paralisação das atividades, internações e semi-internações. Portanto, os antigos procedimentos de confinamento de algumas meninas órfãs predominaram até a década de 1980<sup>28</sup>.

De certa forma, podemos dizer que o Orfanato São José em muito contribuiu para a realização da assistência social na Cidade de Goiás. Mas, como adverte Sposati (2007), hoje mais do que nunca, “é possível e necessária uma política ativa de assistência social que resignifique a vida, a dignidade, a resistência, o *empowerment* dos ainda estruturalmente excluídos. A auto-estima e a capacidade de decidir e pertencer ao lado da extensão da proteção social aos riscos de violência na sociedade precisam ser ativados, ainda que pareça uma luta de David contra Goliás na sociedade de mercado”<sup>29</sup>.

O caminho? Conforme a referida autora, seria revolucionar a gestão da coisa pública pela sua efetiva transparência, introduzindo o que se pode chamar de “uma racionalidade autonomizadora”, capaz de romper a histórica discriminação das classes populares. Aproximar população e governo pela descentralização, pelo rompimento do padrão ideal excludente, que não admite a heterogeneidade, que define a cidade e sua população.

#### **4. CONCLUSÕES**

Ao final deste trabalho, caberia perguntar: O que aconteceu com “Goiás Velho” após a transferência da capital? Em síntese, dir-se-á que “ficou mais velha ainda” ao optar pela idéia de que “o futuro é o passado”.

---

<sup>27</sup> SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007, p. 435.

<sup>28</sup> Ver: SIQUEIRA, Marcello Rodrigues *et al.* “Das febres em Goyaz: desafios para o Orfanato São José (1923-1969)”. In: **UEG em Revista**, Vol. 1, nº. 6. Goiânia: Kelps, 2010, pp. 131-153.

<sup>29</sup> Op. cit. p. 435.

Quando o órgão responsável pela instituição do Patrimônio Nacional, então denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) chegou à cidade de Goiás, no início da década de 1950, para realizar o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, “a cidade ainda vivia o trauma da transferência da capital para Goiânia, ocorrida em 1937”. Sua identidade estava até então estreitamente vinculada à condição de sede do poder político, como capital da Capitania, da Província e do Estado de Goiás, sucessivamente. “Síndrome da mudança” e “trauma da mudança” são expressões utilizadas pelos vilaboenses para explicar o comportamento daqueles que identificavam o “tombamento com o atraso, a estagnação da cidade”, enquanto que o “sonho de Goiás era crescer, se igualar à Goiânia”<sup>30</sup>.

Elder Camargo de Passos, presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) desde a fundação, ao se referir à resistência das “famílias tradicionais” da cidade à ação da DPHAN disse: Eu fui contrário ao tombamento nos primeiros anos, liderado por um grupo que não via a preservação como estímulo ao futuro de Goiás. Seria um atraso para a cidade, você não poderia mudar a fachada, não poderia mandar dentro. Você não mandaria na sua casa. [...] Inclusive o termo “tombado” já liga à queda, à deterioração. (PASSOS *apud* DELGADO, 2005, p. 116).

De certa forma, também se pode dizer que alguns moradores de Goiás receberam com reservas a homenagem prestada, em 1961, pelo governador Mauro Borges Teixeira – filho do governador Pedro Ludovico Teixeira, que liderou a transferência da capital – ao promulgar um decreto determinando que o governo do Estado fosse anualmente transferido para a antiga capital durante uma semana a contar do dia de aniversário da cidade, 25 de julho, período no qual o Palácio Conde dos Arcos seria novamente sede do governo e residência do governador.

Para Delgado (2005), nos dois momentos históricos, Goiás configurava-se como campo de conflitos. O ato do governador Mauro Borges e, principalmente, a ação do órgão federal por meio do DPHAN representavam a imposição de uma identidade de monumento do

---

<sup>30</sup> Ver: DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº. 23, p. 113-143, jan/jun. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2011, p. 116.

passado para uma cidade que, até poucas décadas, era símbolo da história do tempo presente. Daí, a expressão “invenção da cidade patrimônio histórico da humanidade”.

Nesse processo de composição do campo da memória, Delgado (2005) destaca o papel de dois agentes fundamentais. Um deles é o trabalho de constituição do patrimônio imaterial de Goiás empreendido pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT). Fundada com a proposta de “resgatar” e “manter as tradições” de Goiás, essa entidade torna-se responsável pela instituição da cidade como “berço da cultura goiana”. Outro agente da construção de Goiás como âncora da identidade regional e nacional é Cora Coralina. Ela torna-se artífice de significados para o passado e compõe um mapa da memória que é peça estratégica na consagração de Goiás enquanto cidade histórica e turística (DELGADO, 2005, p. 115).

Mas, conforme a referida autora, os fundadores da OVAT passaram a se considerar os “herdeiros do movimento antimudancista”, e a concebem enquanto institucionalização do “movimento de ação cultural” organizado na esteira da “reação à mudança” da capital para Goiânia. Portanto, desde então, criou-se uma espécie de “monopólio cultural burocrático” na Cidade de Goiás.

Ao longo desse processo, a multiplicação das instituições criou uma “burocracia” da área cultural, onde alguns homens e mulheres participam da diretoria de todas as entidades e alternam-se no cargo de presidente. Por exemplo, Elder Camargo de Passos é presidente da OVAT, Marlene Gomes de Vellasco preside a Associação Casa de Cora Coralina e Antolinda Borges é diretora do Museu de Arte Sacra – cada um ocupando o cargo desde a criação das instituições. Todos participam da diretoria ou do conselho das instituições citadas. Portanto, um pequeno grupo controla o patrimônio e gerencia a política cultural de Goiás, além de participar de negócios ligados ao turismo (DELGADO, 2005, p. 123).

Em síntese, esse grupo se auto-representa como guardião da cultura vilaboense e portador de virtudes que são compartilhadas por todos os membros, e que os singulariza em relação aos outros moradores da cidade, evocando o trabalho pioneiro realizado nas entidades culturais e o pertencimento às “famílias tradicionais”, que não abandonaram a cidade após a transferência da capital, e cujos antepassados se destacaram, quer nas artes, quer na política, desde tempos remotos (Op. cit. p. 123).

O monopólio dos principais cargos nas entidades culturais constitui estratégia fundamental para o exercício do poder simbólico que, na acepção de Pierre Bourdieu (1989)<sup>31</sup>, institui princípios de visão, divisão e classificação do mundo social. Como “especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro)”, eles travam “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

No *Dossiê de Goiás*<sup>32</sup> configuram-se diversas séries discursivas que compõem o campo do patrimônio e da memória da Cidade de Goiás. Dele emerge uma série de discursos, um “contexto do patrimônio local” homogêneo, marcado pela “busca coletiva de significados” e pela perpetuação de uma memória coletiva que está sendo transmitida às novas gerações. Para delinear o patrimônio cultural, idealiza-se a relação do vilaboense com o passado e o patrimônio: “O valor do patrimônio histórico de Goiás para seus habitantes é inteiramente natural, está arraigado em seu viver.” (DOSSIÊ, 1999, p. 3-4). Para Delgado (2005), esse discurso – o *Dossiê de Goiás* – silencia as tensões e conflitos constitutivos do processo de atuação do Iphan e das instituições locais como a OVAT, e “oculta o quanto o poder simbólico é coercitivo, atribuindo ao conjunto do espaço social as representações construídas no campo do patrimônio” (DELGADO, 2005, p. 130).

Em 2001 a cidade foi tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade e em 2006 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou a Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio<sup>33</sup>. No capítulo II da Constituição de 1988 que trata da política urbana pode se ler em seu art. 182: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2006, p. 19).

---

<sup>31</sup> BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

<sup>32</sup> DOSSIÊ: **proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

<sup>33</sup> BRASIL. **Coletâneas de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Mas, não basta apenas, o cumprimento ético e transparente da função pública e dos princípios da Constituição. Importa investigar se essas ações buscaram – ou buscam – “organizar em torno de um projeto comum as energias, os recursos, as capacidades e potencialidades de sujeitos e organizações sociais” e, acima de tudo, se os resultados são satisfatórios.

De acordo com Carneiro (2005)<sup>34</sup>, na memória coletiva, o fato de Goiás ter se tornado Patrimônio da Humanidade gerou sentimentos diferentes nos vilaboenses. Assim, percebe-se que o título “fez bem para auto-estima” da elite, entendidos como “os mais ressentidos com a transferência da capital” enquanto os menos favorecidos “não sentem orgulho”, mas, pelo contrário, “sentem o peso de viver numa cidade turística mundialmente reconhecida” (CARNEIRO, 2005, p. 96).

Depois de 4 anos que Goiás adquiriu o título de Patrimônio da Humanidade, o que se vê, o que se fala e que se ouve dos moradores da cidade é que pouco mudou na realidade. Não houve aumento na oferta de emprego e trabalho, os jovens precisam mudar da cidade para trabalhar. Outros saem da cidade para estudar em outros centros, já que os cursos oferecidos nas Faculdades locais são poucos. Os turistas diminuíram consideravelmente e os que visitam Goiás não consomem o suficiente para corresponder às expectativas do comerciante, além de ter havido desvalorização dos imóveis (CARNEIRO, 2005, p. 98)

Por sua vez, Gomide (2010) apresenta uma visão um pouco diferente daquela apresentada por Carneiro (2005). Para ela, após o primeiro FICA, Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, realizado em junho de 1999, e, sobretudo, com a conquista do título de Patrimônio Histórico da Humanidade em 2001, as narrativas dos moradores começaram a expressar outras experiências como o desenvolvimento do “sentimento de pertença” e mostram, inclusive, “moradores mais envolvidos com a cidade turística”. Enfim, existiria agora uma “tranqüilidade” agora apresentada como “qualidade de vida”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> CARNEIRO, keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias**. Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (UFG). Goiânia, 2005. (Dissertação de mestrado)

<sup>35</sup> GOMIDE, Cristina Helou. **Patrimônio como problemática: algumas considerações a partir da narrativa oral de moradores da Cidade de Goiás 1950-2007**. Universidade do Vale do Sapucaí/Faculdade de Ciências de Guarulhos. Disponível em:

Após o primeiro FICA, realizado em junho de 1999, as narrativas dos moradores começaram a expressar outras experiências na cidade. O sucesso do evento e a visibilidades midiática proporcionados por ele estimularam o sentimento de pertença (...). Mais tarde, a conquista do título de Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade reforçou ainda mais essa tendência (...). Uma tranquilidade agora apresentada como qualidade de vida, traduzindo o modo como as experiências sociais vividas cotidianamente na cidade estão intimamente ligadas ao processo de construção da imagem da cidade histórica (GOMIDE, 2010, p. 88-89)

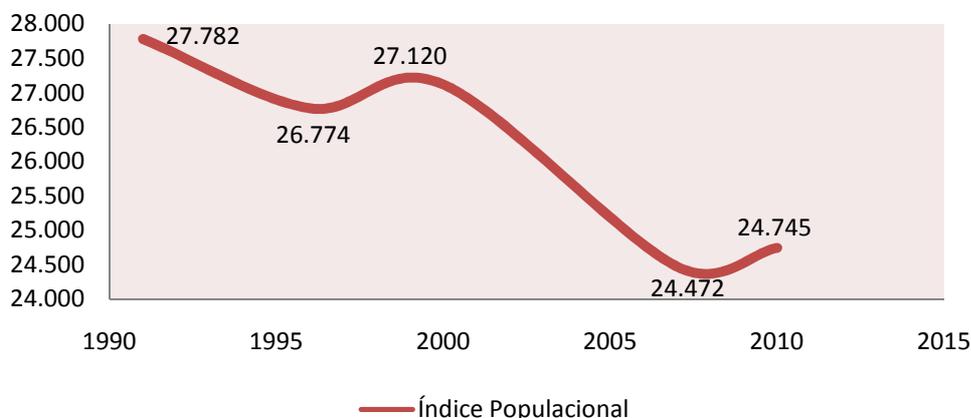
Neste momento, caberia uma pergunta: Qualidade de vida para quem? Na Cidade de Goiás é visível em grande parte do solo do município, incluindo aí uma vasta área tomada por assentamentos, a presença de fragmentos rochosos, dificultando em muitos lugares até a formação de gramíneas para pastagens. Somente nas regiões mais baixas, nas proximidades dos cursos d'água, é que o solo se diferencia tornando mais fértil por ser local receptor de matéria orgânica, advindo do processo de escoamento da partes mais altas das vertentes. Por isso mesmo, desde a decadência da mineração, a criação de gado havia se tornado a principal atividade econômica do município. Mas, diferentemente do processo de expansão sócio-econômico verificado em outros municípios do Estado de Goiás, a Cidade de Goiás continua passando por um processo de retração.

As evidências empíricas revelaram que embora menos intenso que nas décadas de 1970 e 1980, o chamado êxodo rural ainda é um grave problema. A migração para outras cidades – principalmente Goiânia e Itaberaí – é notória e atinge principalmente jovens e mulheres, que não encontram estímulos para permanecer em Goiás e alimentam perspectivas de melhores dias.

Pode-se perceber o decréscimo populacional do município por meio da análise dos dados levantados pelo IBGE. No período compreendido entre 1990 e 2010, ou seja, nos últimos 20 anos, Goiás perdeu aproximadamente 3.037 habitantes (Cf. Tabela 01). Bom lembrar que Itaberaí, no mesmo período, aumentou sua população em 10.560 habitantes.

---

<<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiincontro/textosIntegra/CristinaHelouGomide.pdf>>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.



**Tabela 01:** População da Cidade de Goiás (GO) (1991-2010)  
**Fonte:** IBGE, Cidades, 2010.

De forma geral, os problemas em Goiás são inúmeros e bastante conhecidos como baixa produção e produtividade agrícola, carência de infra-estrutura (estradas, saneamento, etc), incentivos fiscais, assistência técnica, etc. Como resultado, o município de Goiás possui atualmente o maior número de assentamentos rurais de Reforma Agrária do Estado de Goiás. No total são 22 assentamentos abrangendo uma área total de 27.411,59 ha, com 647 famílias assentadas (Cf. Tabela 02).

NOME DO ASSENTAMENTO	ÁREA (há)	Nº. DE FAMÍLIAS	DATA DA CRIAÇÃO
P. A. Mosquito	1.786,239	42	17/10/1986
P. A. São João do Bugre	454,8255	9	25/04/1988
P. A. São Felipe	674,0000	10	03/09/1991
P. A. Acaba Vida II	271,8076	03	03/09/1991
P. A. Retiro	736,4457	23	03/09/1991
P. A. Rancho Grande	800,1473	21	03/09/1991
P. A. São Carlos	5.711,8198	152	06/12/1995
P. A. Lavrinha	706,7123	28	06/12/1995
P. A. Mata do Baú	1.561,0707	39	09/04/1996
P. A. Novo Horizonte	1.018,5037	22	16/05/1996
P. A. Bom Sucesso	1.714,1569	30	30/05/1996
P. A. Paraíso	1.278,8022	37	14/10/1996
P. A. Buriti Queimado	1.198,1491	21	07/11/1996

---

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS DE ANÁPOLIS**  
**Anais do Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas**  
25 a 28 de outubro de 2011

---

P. A. União Buriti	760,6935	22	14/11/1996
P. A. Baratinha	762,8931	16	02/10/1997
P. A. Vila Boa	793,2248	13	17/10/1997
P. A. Engenho Velho	1.122,1655	30	09/12/1997
P. A. Varjão	1.088,8791	16	05/03/1998
P. A. Magali	423,2522	08	05/03/1998
P. A. Holanda	1.347,0227	24	16/09/1998
P. A. Serra Dourada	239,3928	14	17/12/1999
P. A. Dom Tomás Balduino	2.961,3902	67	21/06/2005
TOTAL: (22)	27.411,587	647	.....

**Tabela 02:** Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO (1986 – 2005)

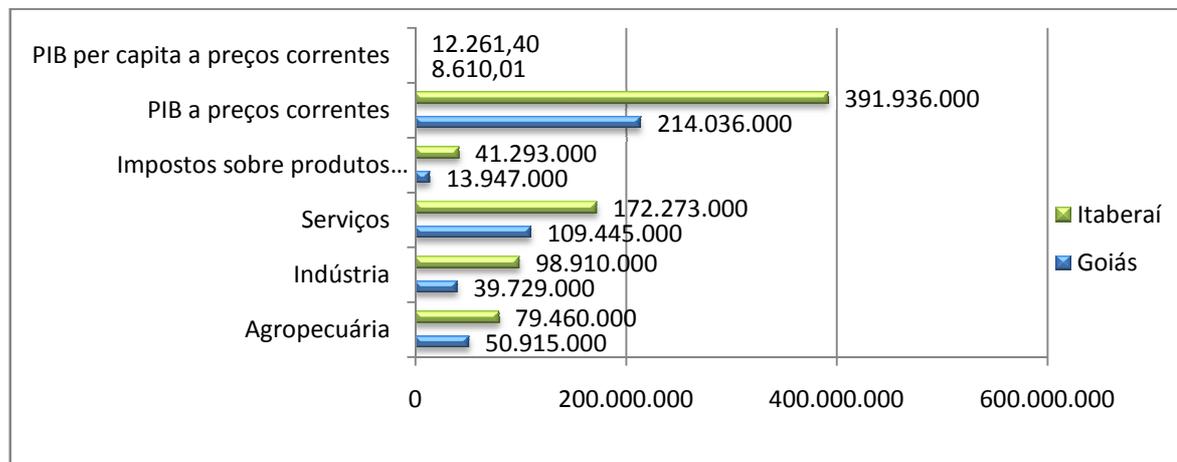
Fonte: INCRA de Goiás, 2007

Mesmo assim, o setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focalizam-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Portanto, é necessário destacar que a produção familiar em Goiás configura-se como um importante fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda.

Kuznets (1974) <sup>36</sup> afirma que o crescimento econômico envolve um aumento na produção *per capita*, ou por trabalhador, acompanhado, freqüentemente, de um aumento populacional e, geralmente, de grandes mudanças estruturais, isto é, mudanças nas instituições ou práticas sociais e econômicas. A partir deste ponto de vista, comparando-se os PIBs de Itaberaí e Goiás percebe-se que os PIBs de Itaberaí são significativamente superiores aos PIBs de Goiás (Cf. Tabela 03).

---

<sup>36</sup> KUZNETS, S. **O crescimento econômico moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.



**Tabela 03:** Produto Interno Bruto por Município em Goiás, Itaberaí e Cidade de Goiás (2008).

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2008.

Como resultado do maior crescimento econômico, Itaberaí seria em princípio mais desenvolvido que Goiás. Mas, no âmbito desta pesquisa, entende-se que o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida.

Para Sen (2000)<sup>37</sup> e Oliveira (2004)<sup>38</sup>, a concepção mais adequada do desenvolvimento econômico vai além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto, relacionando-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades.

Partindo, então, de outros indicadores de desenvolvimento Eduiges Romanatto em trabalho intitulado “A competitividade dos municípios em Goiás”<sup>39</sup> propôs uma metodologia que aborda, entre outros indicadores, a dimensão qualidade de vida sugerida por Sen (2000).

<sup>37</sup> SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, J. C. Estudos sobre indicadores de bem-estar social da população do Brasil. **Estudos do CEPE**, n. 20, p. 7-29, jul./dez. 2004.

<sup>39</sup> A metodologia utilizada aborda os municípios com mais de 14.000 habitantes, o que perfaz um número de 65 municípios, nas dimensões: dinamismo, riqueza econômica, infra-estrutura econômica, localização estratégica e logística; qualidade de vida; mão de obra; infra-estrutura tecnológica; e política de incentivos financeiros e tributários. O município de Goiânia ficou fora do trabalho por ter diferencial nos quesitos abordados. As estatísticas utilizadas foram as oficialmente divulgadas até o primeiro semestre de 2009. As dimensões são detalhadas a seguir com a pontuação máxima de cada dimensão. Ver: ROMANATTO, Eduiges. A

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS DE ANÁPOLIS**  
**Anais do Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas**  
 25 a 28 de outubro de 2011

Por meio da análise dos dados apresentados no referido trabalho (Cf. Tabela 04) afirma-se que entre os 65 municípios do Estado com mais de 14 mil habitantes, Anápolis seria o mais competitivo ocupando o primeiro lugar no índice de classificação geral enquanto Uruana seria o município menos competitivo. Observe ainda que Itaberaí ocupa o 23º lugar enquanto a Cidade de Goiás está em 57º.

Classificação	Municípios	Dinamismo <b>(100)</b>	Riqueza Econômica <b>(100)</b>	Infraestrutura Econômica, Localização Estratégica e Logística <b>(100)</b>	Qualidade de Vida <b>(100)</b>	Mão de Obra <b>(30)</b>	Infraestrutura Tecnológica <b>(70)</b>	Políticas De Incentivos Financeiros Tributários <b>(15)</b>	Média Ponderada
1º	Anápolis	40,18	96,69	77,77	62,99	19,38	64,28	7,26	58,39
2º	Rio Verde	55,60	65,92	63,84	63,88	19,55	33,66	15,00	53,29
23º	Itaberaí	33,57	7,77	30,68	48,32	12,91	2,53	4,00	24,77
57º	Goiás	11,46	4,66	33,59	52,31	13,14	0,75	1,04	18,35
65º	Uruana	11,78	2,21	21,13	41,83	12,01	0,00	0,34	14,44

**Tabela 04:** Classificação dos municípios goianos conforme sua competitividade (2009)  
 Fonte: ROMANATTO, 2010.  
 Fonte: Goiás, 2009.

Em relação à qualidade de vida dos municípios, foram observados: índice de violência; leitos hospitalares; percentual da população atendida com água tratada; percentual da população atendida com rede de esgoto; matrícula no ensino fundamental em proporção à população (faixa etária 5 a 14 anos); acessos telefônicos fixos em serviço por 100 habitantes; consumo de energia elétrica residencial per capita; salário médio do emprego formal. Interessante observar que o índice de Itaberaí (48,32) é menor que o índice de Goiás (52,31) sugerindo que Goiás, embora menos competitivo que Itaberaí, oferece aos seus habitantes uma “qualidade de vida melhor”.

competitividade dos municípios de Goiás. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo02.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

Entretanto, os dados apresentados por Romanatto (2010) não levaram em consideração os efeitos do processo de patrimonialização<sup>40</sup> da Cidade de Goiás nem mesmo o decréscimo econômico e populacional resultantes. Na verdade, como dizia o ex-ministro Roberto Campos, “estatísticas são como biquínis; o que revelam é sugestivo, mas o que ocultam é essencial”. (CAMPOS *apud* CONSTANTINO, 2009, p. 27).

De acordo com Amartya Sen (2000), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). Mas, em 2001, na mesma época em que a Cidade de Goiás tornou-se Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, o Banco Mundial publicou um documento intitulado de “Relatório sobre desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza”<sup>41</sup> onde se afirma, logo no início, que os pobres vivem sem liberdade:

Os pobres vivem sem a liberdade fundamental de ação e escolha que os que estão em melhor situação dão por certo. Muitas vezes não dispõem de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde; essas privações os impedem de levar o tipo de vida que todos valorizam. Além disso, são extremamente vulneráveis a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Frequentemente, não são bem tratados por instituições do Estado e da sociedade e não podem influenciar as decisões que afetam sua vida. Essas são as diversas dimensões da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 1).

As evidências empíricas, além das razões teóricas apresentadas anteriormente, também não deixam dúvidas de que as sociedades atuais não têm alcançado pleno desenvolvimento. É comum observar a distribuição desigual de recursos básicos para a

---

<sup>40</sup> Na atualidade, o patrimônio cultural é um debate sobre os valores sociais e a patrimonialização é um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais. A patrimonialização também é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo ou de algumas versões da identidade, o que não está isento de lutas, dialéticas e negociações. A patrimonialização também se pode entender como um processo de ativação de memórias, sempre ligadas aos processos de esquecimento. Ver: PEREIRO, Xerardo. “Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura”. In: ADRA nº. 2. **Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego**, 2006, pp. 23-41. Disponível em: <[http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio\\_cultural/Patrimonio\\_Cultural.pdf](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf)>. Acesso em 23 de setembro de 2011, p. 27.

<sup>41</sup> BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington, D.C.: Oxford University Press, 2001.

maioria da população, tais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre vários outros. Essa desigualdade é inerente ao processo de desenvolvimento capitalista.

O ser humano nunca recebeu toda atenção que merece. Sempre se pensou em termos abstratos, como a elevação do PIB e da renda, empurrando-se para debaixo do tapete como o homem é afetado por isso.

A distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão-somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

Ao examinarmos o processo de mudança da capital em Goiás se pode concluir que os gestores públicos buscam incansavelmente promover o crescimento econômico. Discutiram, debateram, brigaram sobre a melhor forma de alcançá-lo. Mas, não abriram mão do mandonismo. Este, com certeza, é um dos principais entraves ao nosso desenvolvimento. Olhando bem para a história percebe-se que até hoje os “herdeiros do tempo novo” estão no governo do Estado enquanto “um tal de Caiado” ainda é prefeito na Cidade de Goiás.

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não, apenas e tão-somente, pequenos grupos sociais. É preciso pensar em uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Não se pode pensar o contrário, seria como andar na contramão da história.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

ALVES, Francisco de Assis. **Fundações, organizações sociais, agências executivas: organizações da sociedade civil de interesse público e demais modalidades de prestação de serviços públicos**. São Paulo: LTr, 2000, p. 65.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington, D.C.: Oxford University Press, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Coletâneas de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Constituição 1988. Constituição** da República Federativa do **Brasil**. Brasília: Senado Federal, **1988**.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular; História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Edusc, 2004.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias**. Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (UFG). Goiânia, 2005. (Dissertação de mestrado)

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade**. Goiânia: UFG, 2001.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do indivíduo: o legado da escola austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº. 23, p. 113-143, jan/jun. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2011, p. 116.

DEMO P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papyrus, 2001.

DOSSIÊ: **proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

GOMIDE, Cristina Helou. **Patrimônio como problemática: algumas considerações a partir da narrativa oral de moradores da Cidade de Goiás 1950-2007**. Universidade do Vale do Sapucaí/Faculdade de Ciências de Guarulhos. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/CristinaHelouGomide.pdf>>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/go\\_map.php?r=2&acc=1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/go_map.php?r=2&acc=1). Diversos acessos em dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

INCRA. **Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO (1986 – 2005)**, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUZNETS, S. **O crescimento econômico moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais**. Curitiba: Juruá, 2008.

MAHONEY, James e THELEN, Kathleen. "A theory of gradual institutional change". In: MAHONEY, James e THELEN, Kathleen (orgs.). **Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MATTOS, Raymundo J. Cunha "Explicação da má saúde da população de Goiás". **Revista do Instituto Geográfico do Brasil**. 2º trimestre de 1874.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo. Cultrix, 1995.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco; 1992.

NORTH, Douglas. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112.

OLIVEIRA, J. C. Estudos sobre indicadores de bem-estar social da população do Brasil. **Estudos do CEPE**. n. 20, p. 7-29, jul./dez. 2004.

PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana. **História de Goiás em Documentos**. Goiânia-GO: UFG, 2001.

PEREIRO, Xerardo. "Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura". In: ADRA n.º 2. **Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego**, 2006, pp. 23-41. Disponível em:

<[http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio\\_cultural/Patrimonio\\_Cultural.pdf](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf)>. Acesso em 23 de setembro de 2011, p. 27.

ROMANATTO, Eduiges. A competitividade dos municípios de Goiás. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo02.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

SCHICKLER, Eric. **Disjointed Pluralism: Institutional Innovation and the Development of the U.S. Congress**. Princeton NJ: Princeton University Press. 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA, Marcello Rodrigues *et al.* "Das febres em Goyaz: desafios para o Orfanato São José (1923-1969)". In: **UEG em Revista**, Vol. 1, n.º. 6. Goiânia: Kelps, 2010, pp. 131-153.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007, p. 435.

\_\_\_\_\_. **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

STREECK, Wolfgang e THELEN, Kathleen. "Institutional Change in Advanced Political Economies". In HANCKE, Bob (Editor) **Debating Varieties of Capitalism. A Reader**. Oxford, Oxford University Press 2005, p 95 a 131.

VELASCO, D. N. In: **Jornal Voz do povo**. 01 de maio de 1932. n.º. 232.

VIANNA, Maria Lúcia T. W. "A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?". Disponível em:

<<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/40/25>>, p. 18. Acesso em 10 de outubro de 2011.